

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXIII • Março / Abril 2014 • Nº 85

**SERENOS
MAS
NÃO
SUBMISSOS!**



pág. 16



pág. 7 e 10

Fundo de Pensões

A campanha de mistificação acerca das condições dos militares conheceu, e está a conhecer, nestes últimos dias factos de especial relevância. As condições anunciadas pela tutela acerca da extinção do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas (FPMFA), já publicadas no Decreto-Lei 166-A/2013 de 27 de Dezembro, na Portaria 33-A/2014 de 16 de Janeiro e divulgadas em documento difundido pelo BPI, não estão a ser totalmente cumpridas.

pág. 5

SARGENTOS CASTRADOS... NÃO!

Sucedem-se, tipo avalanche, os anúncios de dados macroeconómicos procurando justificar a bondade das políticas levadas a cabo pelo governo. Em catadupa, governantes, comentadores e analistas – os mesmos de sempre – inundam-nos com números procurando através da exatidão e do massacre iludir, confundir e levar os portugueses à resignação e ao falso entendimento de que não há alternativas, que o país está melhor, que estamos a dois meses de recuperarmos a soberania, que estamos no caminho certo e em vias de sair com sucesso do ajustamento. Afirmam que Portugal está melhor, os portugueses é que estão pior, como se Portugal fosse algo de abstrato e etéreo e não constituído por pessoas – os portugueses.

Só que a realidade é outra. Basta ouvir com atenção o que os mesmos dizem quando a boca lhes foge para a verdade. Passos Coelho diz que voltar aos níveis de rendimento de 2011 nem pensar, o conselheiro económico do PS, Óscar Gaspar, debita no mesmo sentido (apesar das cautelas linguísticas), Cavaco Silva – convenhamos que não se trata de nenhuma força de bloqueio, antes pelo contrário – esclarece no preâmbulo do seu último livro que, pelo menos até 2035, iremos continuar sob a vigilância dos credores se o crescimento económico for em média de 4% ao ano, por força do tratado orçamental. Não sendo crível que tal crescimento venha a ocorrer, as políticas de austeridade irão manter-se por décadas, condenando o futuro de gerações.

É esta realidade que se nos apresenta e o futuro a que estamos condenados se não formos capazes de romper com estas políticas ditadas pelos senhores do dinheiro,

únicos responsáveis pelo descalabro económico a que chegámos. A solução passa por derrotar esta política e para tal é necessário continuar a resistir organizadamente, trilhar o caminho da unidade e da perseverança, reforçar todas as organizações que consequentemente, ao longo de anos, se têm batido na defesa dos interesses dos portugueses contra todas estas malfeitorias. No caso concreto as APM e no que a nós diz respeito a ANS.

O futuro a que temos direito passa por este reforço e os protagonistas das políticas seguidas até aqui sabem-no bem. Razão pela qual incentivam e dinamizam uma feroz campanha de mentiras e de descredibilização, utilizando os seus lacaios, com a finalidade de minar a unidade e com isso a resistência aos seus objetivos. Para tal vale de tudo: umas vezes usando o radicalismo aventureiro procurando empurrar-nos para becos sem saída; outras usando o estafado, mas falso, argumento de que não vale a pena lutar, acusando quem ousa fazê-lo

de falta de patriotismo, enfim levar-nos à resignação; outras ainda de estarmos a ser manipulados politicamente para, agitando o fantasma da política, impedir a unidade necessária para os derrotar.

Foi sempre assim ao longo da História, as classes dominantes sempre utilizaram estes métodos para se perpetuarem no poder e defenderem os seus privilégios através da exploração do povo soberano. A todos eles, clique dominante e seus serventuários, afirmamos que não nos deixaremos enganar e muito menos intimidar. Vamos continuar a lutar pelos nossos direitos, pelo futuro que nos há-de pertencer.

Podem-nos chamar ambientalistas, bloquistas, comunistas, centristas, socialistas ou até social-democratas; outras vezes sportinguistas, benfiquistas, portistas ou mesmo do Belenenses; podem ainda apelar-nos de católicos, islamitas, protestantes ou mesmo budistas...

SARGENTOS CASTRADOS... NÃO! ▲



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS



CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do art. 9.º dos Estatutos e da alínea a) do n.º 1 do Art. 12.º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede social, sita na Rua Barão de Sabrosa, n.º 57 – 2.º, em Lisboa, no dia 14 de abril de 2014, pelas 18.00 horas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e votação do Relatório e Contas do ano de 2013
2. Discussão e votação do Orçamento e Plano para o ano de 2014

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do Art. 11.º dos Estatutos.

Lisboa, 2 de Abril de 2014

O Presidente da Assembleia Geral

José Paulo Gonçalves Leitão

Documento de trabalho distribuído no Dia Nacional do Sargento

Cinco razões para lutar!

Não serão apenas cinco, mas estas serão razões estruturantes, ainda que decorram da análise conjuntural dos tempos em que vivemos, de há 9 anos para cá, que é como quem diz, desde que os srs. Pinto de Sousa e o seu *clone* da outra (ou da mesma?) *jota*, Passos Coelho de seu nome, chegaram ao (des)governo do nosso país, entregando-o em submissão ao directório financeiro dos BCE e FMI, coadjuvados pela UE.

Mas comecemos por elencá-las, as cinco razões:

1. Pela reposição dos vencimentos e das pensões de Reforma!
2. Pelo acesso a um sistema de protecção social compatível com a Condição Militar!
3. Pelo direito a uma pensão de reforma digna!
4. Pelo direito a uma carreira com perspectivas de futuro!
5. Pela defesa da Condição Militar!

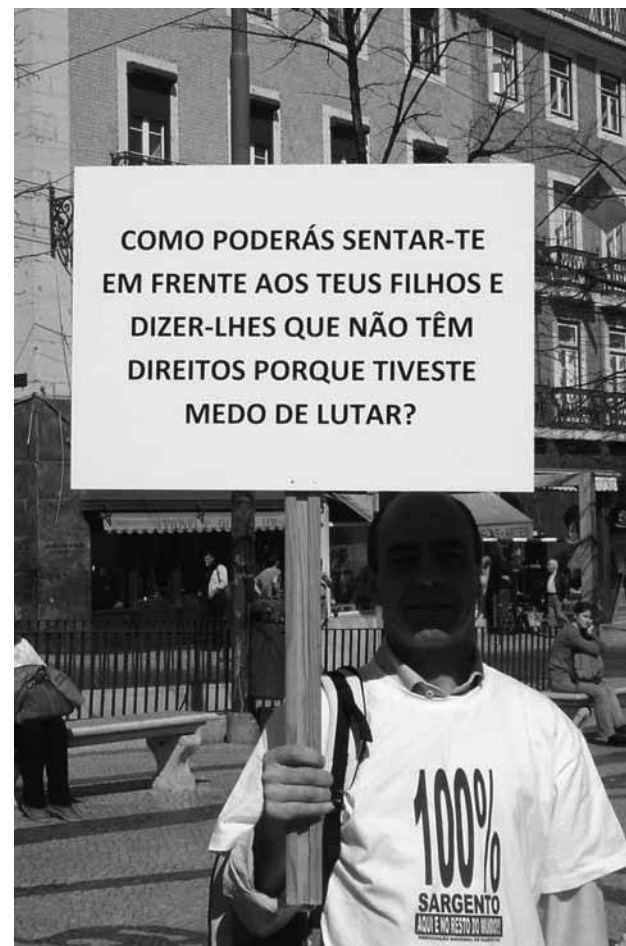
Assim, todas juntas e por ordem, parecem mais fáceis de entender e organizar, mas não é a ordem ou a sua apresentação o que importa. O que importa é que elas sintetizam as aspirações dum colectivo, materializado na ANS, organização representativa e legítima dos Sargentos de Portugal.

Aquando das deslocações por todo o país por ocasião das comemorações do Dia Nacional do Sargento, e num ano em que se comemoram os 40 anos do 25 de Abril e os 25 anos de existência da ANS, os camaradas dos seus Corpos Sociais levavam *na bagagem* um **documento de trabalho** em que eram elencadas e explicitadas as 5 razões acima expostas. Desse documento consta também a intenção de que ele se constitua como uma base para reflexão de todos os camaradas, como um estímulo a que o usem para, despertando ideias, fazerem chegar à Direcção da ANS todas e quaisquer

propostas, sugestões, críticas, que apontem para novos objectivos ou que robusteçam as ideias nele expressas. E para quê? Para que a realidade concreta de cada Unidade Militar, para que a vida dos homens e mulheres que nelas prestam serviço, possam, com a maior assertividade possível, constituir-se como **arma de luta contra a indignidade e o desrespeito que têm marcado a postura do poder político para com a Família Militar.**

O documento está disponível em **www.ans.pt**; foi apresentado e distribuído em todos os locais em que se comemorou o Dia Nacional do Sargento; deverá ser debatido entre todos os camaradas, com os delegados da ANS de cada Unidade; desse debate é importante que saiam conclusões sistematizadas, e que haja notícia na Direcção dessas conclusões (email, carta...). Em seguida avançar-se-á com um processo de organização e compilação das ideias debatidas e apresentadas, concretizando um trabalho a apresentar aos diversos activistas e delegados (que os apresentarão/divulgarão por todos os camaradas), como preparação do **VI Encontro Nacional de Sargentos.**

Em suma, distribuiu-se o **documento de trabalho** durante as comemorações do 31 de Janeiro com a **síntese das preocupações macro dos Sargentos de Portugal**; como **documento aberto** que é, exortaram-se os diversos *núcleos* a fazerem o trabalho de casa, discutindo-o, acrescentando ideias, criticando eventuais falhas, etc; o produto desse trabalho de casa deverá chegar à Direcção da ANS, que o organizará num documento de trabalho mais enriquecido, e o enviará de volta aos camaradas, de modo a que todos estejam preparados para debater e materializar num *Documento Final* (uma edição actualizada do nosso Caderno de Aspirações, por exemplo) saído do VI Encontro Nacional de Sargentos, em preparação para,



em princípio, o 2º semestre de 2014, integrado nas comemorações do 25º aniversário da ANS.

Por isso camarada, lê o documento, debate-o com os camaradas do teu serviço, mantém-te atento aos novos desenvolvimentos e, muito importante, faz-nos chegar a tua (vossa) opinião. Faz o trabalho de casa. Com essa simples maneira de fazer as coisas estás a afirmar a força de quem faz colectivamente, estás a **concretizar o modo de trabalhar na ANS. Um modo que precisa, estimula e reflecte as bases, isto é, a vontade e as aspirações dos Sargentos de Portugal.**

Luís Bugalhão ▲

INICIATIVA PÚBLICA DE PROTESTO E LUTA

As três APM promoveram, no passado dia 13 de Fevereiro, uma Iniciativa Pública na Praça Luís de Camões, em Lisboa, num fim de uma tarde com chuva que não desmobilizou as centenas de camaradas que compareceram à chamada.

Oficiais, sargentos e praças aplaudiram as intervenções dos presidentes da AOFA, da ANS e da AP, e acompanharam a conferência de imprensa, no final, a dar conta das decisões e das razões que as sustentaram, coligidas num documento/proclamação lida aos jornalistas.

Nesse documento as Direcções das três APM foram mandatadas para «fazerem chegar ao Tribunal Constitucional, fiel depositário da esperança de milhões de portugueses, a dramática realidade que lhes é imposta e que ultrapassou, há muito, os limites do suportável».

Começando por referir que o OE 2014, bem como outras leis no mesmo sentido, agravam as malfeitorias feitas aos portugueses e às suas famílias, principalmente aos servidores dos Estado e, por consequência aos militares de todas as situações, o documento/proclamação sublinha que se multiplicam «as situações de enorme carência, com um número crescente dos que não conseguem honrar compromissos e vêem os seus agregados familiares passar por dificuldades inimagináveis».

Os militares presentes no Camões mandaram ainda as Direcções das APM para que preparassem «uma grande iniciativa da Família Militar, de âmbito nacional, a ter lugar desejavelmente na segunda quinzena de Março», o que viria a acontecer no passado 15

de Março, em que milhares de militares e suas famílias desfilarão do Camões até à Assembleia da República. ▲



O QUE ELES DISSERAM...

“Quando uma família não tem o que comer, porque deve pagar os juros aos usurários, isto não é cristão, não é humano! É uma dramática praga social que fere a dignidade inviolável da pessoa humana.”

(Papa Francisco, 29JUN14)

“Estou aqui por dever de consciência e por impulso patriótico [...]”

(Henrique de Freitas, ex-secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, CM TV, 13FEV14, durante a Concentração de militares em Lisboa)

“[...] o que está aqui em causa é a destruição dum pilar essencial do Estado de direito democrático em Portugal.”

(idem, ibidem)

“Nunca se pode ignorar as vozes que se fazem ouvir na rua, quaisquer que elas sejam, desde que se apresentem como razoáveis”

(Cavaco Silva, Presidente da República, Diário de Notícias, 08MAR14)

“[...] é óbvio que tem de se ouvir a voz da rua. É lamentável que essa voz não tenha sido ouvida mais vezes.”

(Lima Coelho, presidente da Direcção da ANS, Correio da Manhã, 14MAR14)

“Há navios que já ultrapassaram o tempo normal de vida e que, por não terem sido substituídos, a Marinha encontra-se com graves problemas”

(ALM Macieira Fragoso, CEMA, Correio da Manhã, 13MAR)

“Não podemos deixar de estarmos solidários com aqueles que, como nós, têm o dever de, a obrigação de, no limite, dar a vida, para que a sociedade, os cidadãos, tenham uma vida em segurança”

(Lima Coelho, presidente da Direcção da ANS, Jornal de Negócios, 10MAR14)

“Começa a ser dramático e o Governo pura e simplesmente não dá respostas. Tendo em conta todos estes ingredientes, não temos outra alternativa senão criar laços de solidariedade [com as Ass. Prof. Militares - NR]”

(Paulo Rodrigues, secretário Nacional da CCP, TSF, 15MAR14) ▲

O folhetim dramático do HFAR continua

Não colocando de parte a eventual necessidade da racionalização de meios e serviços, conduzindo à fusão dos serviços de saúde nas Forças Armadas, princípio que, a par da Formação e Ensino, em tese pode ser considerado correcto, este governo, desvalorizando os resultados desastrosos de uma decisão precipitada, com objectivos puramente político-partidários, decidiu acabar com os vários hospitais militares sem cuidar que o futuro hospital em que todos os serviços se fundiriam estivesse em condições técnicas, humanas e materiais de abraçar tão importante missão.

Para além da dificuldade no acesso ao serviço de marcação de consultas que tem sido um dos motivos de queixas por parte dos utentes do HFAR, motivo que já levou o MDN a anunciar o recurso a serviços externos para supostamente ultrapassar a situação, das queixas dos deficientes das Forças Armadas (DFA) pela falta de resposta com as próteses (ver caixa nesta página), as queixas ouvem-se também aos profissionais que ali prestam serviço, sejam técnicos de saúde, administrativos ou dos serviços de apoio face á falta de condições com que estão a ser confrontados para o desempenho das suas tarefas.

Há determinadas consultas médicas que são realizadas em contentores sem quaisquer condições de confidencialidade a que os doentes têm direito e sem quaisquer condições que garantam a saúde dos próprios profissionais que ali têm de estar horas a fio, com ruído permanente, com condições de climatização deficiente, sem espaço e condições necessários ao trabalho e especificidade das várias especialidades, sem espaços para os tão necessários apoios de enfermagem que algumas das especialidades carecem, afinal sem condições de dignidade e de saúde para profissionais e utentes. Considerando que se fecharam os outros hospitais militares para instalar contentores sem as condições necessárias para aquele tipo de trabalho, temos de admitir que não houve o necessário cuidado, planeamento e previsão.



Apenas teimosia política e outros eventuais interesses que um dia a vida virá por a nu!

É curioso verificar que o MDN, que deu o processo de fusão dos hospitais como tendo sido concluído com sucesso e com uma antecipação de oito meses, recuse a evidência de que o mesmo foi feito à pressa e que perante a denúncia das anomalias sentidas e verificadas diariamente procure aliviar as suas responsabilidades afirmando ser esta situação dos contentores uma situação transitória e empurrando para cima dos militares que detêm a supervisão e a direcção do hospital a responsabilidade do erro. Em boa verdade e na sua exclusiva dimensão, não está isenta de responsabilidades a direcção do hospital, pois até encontrou forma de acentuar a discriminação do tratamento entre doentes (que a Constituição caracteriza como iguais) ao criar uma suposta sala para generais, almirantes e famílias. Mas a responsabilidade da direcção do hospital não pode nem deve esconder a verdadeira responsabilidade política das (más) decisões do MDN e do governo em que se integra.

Convém reforçar a ideia de que não estamos perante a fusão de um qualquer serviço de logística em que se movimentam caixotes de um lado para o outro. Não! Estamos a falar da saúde das pessoas. Estamos a falar da confidencialidade de processos clínicos. Estamos a falar do constitucional direito de termos direito à saúde! ▲

Tomámos conhecimento do teor do e-mail que o Comandante Henrique de Mendonça enviou para o CEMGFA (na altura, ainda o General Luís Araújo) com conhecimento a outras entidades, entre as quais o Provedor de Justiça. Porque o consideramos de extrema importância transcrevemo-lo na íntegra:

“Exmo Senhor Tenente Coronel Ramos Silva

Digmo. Chefe das Relações Públicas de Sua Exa. o General CEMGFA

Face a procedimento anómalo que me aconteceu recentemente no HFAR elaborei uma exposição dirigida ao senhor General CEMGFA a qual foi enviada por correio registado.

Sou DFA e desde Novembro que aguardo me seja fornecido um “copo” novo, sem o qual não poderei andar e fazer a minha vida normal.

Ontem, por minha iniciativa, telefonei para o HFAR e deram-me a informação de que a empresa ortopédica iria contactar comigo.

Soube também que a empresa adjudicada não é a mesma da que indiquei e onde há mais de 30 anos me fazem a prótese.

Peço que faça chegar a minha exposição, cuja cópia anexo, ao Senhor General CEMGFA, para que ele delibere com toda a urgência sobre o solicitado na minha exposição e se faça justiça.

Informo que dada a urgência que tenho na obtenção do referido “copo” resolvi também dar conhecimento, deste mail, a S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional, ao Senhor Provedor de Justiça, à AOFA e à ADFA.

Em minha opinião o procedimento seguido pelo HFAR representa no mínimo falta de ética e de consideração pelas pessoas que se deficientaram ao serviço da Pátria.

Sou deficiente das Forças Armadas há 46 anos e nunca tinha sido sujeito a uma situação destas.

*Desde já agradeço as suas diligências
Os meus cumprimentos,
Henrique Arantes Lopes de Mendonça*

CMG/Ref-(DFA)” ▲

Fundo de Pensões: Um verdadeiro embuste!



A campanha de mistificação acerca das condições dos militares conheceu, e está a conhecer, nestes últimos dias factos de especial relevância. As condições anunciadas pela tutela acerca da extinção do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas (FPMFA), já publicadas no Decreto-Lei 166-A/2013 de 27 de Dezembro, na Portaria 33-A/2014 de 16 de Janeiro e divulgadas em documento difundido pelo BPI, não estão a ser totalmente cumpridas.

Os subscritores do FPMFA estão a receber por parte do “BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.”, um ofício (curiosamente não assinado com a justificação de ser produzido informaticamente, logo não responsabilizando nenhuma individualidade) acompanhado de um conjunto de documentos em que se incluem: uma relação de anos de contribuições (que estranhamente apenas referem alguns dos anos de descontos efectuados), uma minuta que pretende ser um “Pedido de Transferência para Fundo de Pensões Aberto”, uma lista de “Fundos de Pensões Abertos de Adesão

Individual” (de que não se conhecem as condições) e um envelope RSF - Resposta Sem Franquia.

Preocupantemente, ou habilidosa e intencionalmente, este ofício considera todos os subscritores como “Participantes, Beneficiários e Herdeiros sem Complemento”, apresentando por isso apenas duas opções para a eventual devolução do dito valor acumulado das contribuições, omitindo a situação daqueles que já são “Beneficiários com Complementos” ou “Herdeiros Hábeis com Complemento” a quem assiste uma terceira opção que é a da **manutenção da sua situação como beneficiário ou herdeiro hábil do Fundo.**

É aviltante esta forma grosseira da entidade gestora do FPMFA, com a cobertura e conivência da tutela política, procurar eximir-se de responsabilidades para com aqueles que optem por manter a sua situação até ao fim da vida, estando devidamente legitimados para assumirem tal opção.

Esta atitude tem na língua portuguesa uma designação que a caracteriza: **Embuste!**

Apelamos aos nossos camaradas que não caiam no logro, que não se deixem iludir pela eventual devolução de um magro pecúlio, que não se deixem deslumbrar pela extensa lista dos ditos Fundos Abertos e **que exijam o cumprimento das obrigações previstas para com aqueles que optem pela manutenção da sua situação como beneficiário titular ou como herdeiro hábil do FPMFA.**

Impõe-se ainda alertar os subscritores para que não aceitem como boa a referência feita no ofício de que “se passados 30 dias (calendário) após a data de emissão desta carta, não tivermos recebido o pedido de transferência para um fundo de pensões aberto, procederemos até 07-05-2014 à transferência do valor para a conta indicada.” Não é aceitável porque a data válida para o prazo de uma eventual resposta é a data que conste no Aviso de Recepção assinado pelo subscritor e não a data do próprio ofício.

Sabe-se no entanto que a matéria do FPMFA está na Assembleia de República e, desejavelmente, pode ainda vir a sofrer alterações. ▲

A Defesa ao Ataque

Ministro da Defesa, ao ataque

...diz que não pode haver tratamento de excepção nos sacrifícios...

“Questionado sobre uma manifestação das forças de segurança, Aguiar-Branco garante que o Governo não fica indiferente aos protestos mas que não podem haver tratamentos diferenciados nos sacrifícios pedidos aos portugueses.” (SIC)

Duas breves observações...

Primeira. Impõe-se, desde logo, desfazer a abusiva mentira dos pedidos de sacrifícios (já nos anos quarenta do século passado, proclamava Joseph Goebbels, ministro da Propaganda do governo de Adolf Hitler, do III Reich, da Alemanha nazi, que a mentira, continuamente repetida, acabará por ser aceite como verdade). Esta, é uma mentira da especial predilecção das excelências ministeriais. Aliás, sempre, a todas as horas e nos mais diversos lugares, usada pelos agentes e propagandistas do actual governo.

A verdade é incontroversa: **os sacrifícios não foram pedidos aos portugueses.**

Eles, mais que sacrifícios, foram e são tormentos decorrentes de agressivas medidas atentatórias da dignidade das pessoas, acintosamente impostas aos cidadãos mais carenciados, à classe média, aos funcionários públicos e aos reformados. Tais malévolos expedientes governamentais, também são indecentes atentados desumanos contra a maioria da população portuguesa.

Não há volta a dar: qualquer pedido envolve a hipótese da sua rejeição – o que, no caso vertente, é liminarmente impossibilitado. E aos portugueses não foi feito qualquer pedido de sacrifícios - acentue-se, definitivamente! Os portugueses, indefesos na sua maioria, estão sendo vítimas de uma contínua política autoritária de agressão e de saque.

Para além disso e em sede da mais extrema hipocrisia é pretendido, com recurso a uma subtil linguagem de persuasão, inculcar na mente dos cidadãos a falácia da aceitação dos pedidos de sacrifícios - o que configura um obscuro quadro onde se insere uma programada e cínica prática governamental de lavagem ao cérebro do incauto cidadão.

Segunda. Não pode haver tratamentos de excepção nos “sacrifícios” - diz o ministro Branco, com sobrançeria, a direccionar-nos para um rumo ou espaço temporal demasiado negro.

Daqui lançamos o repto ao ministro da Defesa: **Diga à Nação quais foram e são os sacrifícios ou os cortes nos vencimentos, nas ajudas de custo, nos subsídios de marcha, de férias e de Natal, nas senhas de almoços, nas despesas com uso de telefones, nas inúmeras viagens pelo país e estrangeiro e demais mordomias, que: estático presidente da desfigurada república, atrevido chefe de um governo à deriva, desenxabidos ministros, secretários (“ajudantes” de cena) de Estado, oportunistas deputados e as rapaziadas das grandes (precoces) especializações que enxameiam os gabinetes ministeriais, têm sofrido nos três anos de vigência do tenebroso desregramento governativo.**

Brasilino Godinho ▲

APM entregam documento no Tribunal Constitucional

Sabendo que nem sempre a adequada informação chega aos que têm a enorme responsabilidade de decidir, foram as Direcções das Associações Profissionais de Militares (APM), conforme decisão aprovada na “Iniciativa Pública” que teve lugar no passado dia 13 de Fevereiro, no Largo do Camões, em Lisboa, dar a conhecer ao Tribunal Constitucional, fiel depositário da esperança de milhões de portugueses, a dramática realidade em que muitos militares e respectivas famílias se encontram, por não conseguirem honrar compromissos, assumidos numa altura em que não era previsível que o Estado, através dos Governos, deixasse de cumprir o que, livremente, garantira em letra de lei.

Esta realidade que ultrapassou,

há muito, os limites do suportável, estava expressa no ofício em que foram referidas algumas das muitas situações em concreto, não duvidando de que elas serão decisivas para formular os juízos que

se impõem.

A entrega deste documento no Tribunal Constitucional, no passado dia 7 de Março, foi efectuada por uma delegação constituída pelos três presidentes das APM. ▲



Audiência com o GEN CEME

ANS, com uma delegação constituída exclusivamente por elementos da Direcção (Lima Coelho, Mário Ramos, António Taveira, Mário Pereira, Carlos Colaço e Vítor Geitoeira), e na sequência da recente tomada de posse do actual CEME, foi recebida, em 14 de Março, pelo GEN Carlos Jerónimo, para apresentação de cumprimentos e exposição de preocupações de âmbito sócio profissional. Aqui se dá conta, em resumo, do que se tratou nessa reunião.

1. Foi entregue uma pasta com documentação (Caderno de Aspirações da ANS, últimos Memorandos e Comunicados). Acompanhado pelo SMOR Matoso, seu Adjunto, o CEME, referiu que a sua principal preocupação enquanto Comandante do Exército será com o Pessoal (Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Cíveis), para além da componente operacional, afirmando conhecer a actividade da ANS reconhecendo que o trabalho dos Chefes pode ser complementado com o das APM;

2. EMFAR – o CEME disse não existirem novidades. Os Chefes

entregaram a sua proposta em Julho de 2013 e, até agora, nada foi referido pelo MDN. O documento entregue pelas Chefias não é penalizador para os militares no que concerne, por exemplo, na passagem às situações de Reserva e Reforma. A ANS reafirmou que, ao arrepio da lei, as APM não foram chamadas a integrar qualquer grupo de trabalho, nem ouvidas acerca deste diploma, questionando-se sobre a origem de várias versões a circular nas redes sociais. Para o CEME a versão que conta é a que os Chefes Militares entregaram. A ANS questionou ainda se não era penalizador para a categoria de Sargentos o ingresso com o posto de Furriel, ao invés de 2SAR, apontando como proposta para contrariar a estagnação actual da carreira a criação de um novo posto entre 1SAR e SAJ ou entre SAJ e SCH. O CEME confirmou a proposta do ingresso no posto de Furriel, considerando que isso não é um retrocesso na carreira;

3. Valorização académica dos Sargentos (com entrada na ESE com o 12º ano): o CEME referiu estar a elaborar-se um estudo sobre o perfil do Sargento pelo

Centro de Psicologia Aplicada do Exército em colaboração com o Comando de Instrução e Doutrina e a própria ESE. Neste âmbito a ANS congratulou-se por ver publicado em DR a Port. 60/2014, de 10 de Março, que aprovou o Regulamento Escolar do CFS e dos Estágios Técnico-Militares que habilitam ao ingresso nos quadros especiais de Sargentos do Exército... 43 Cursos depois, apontando ainda, como sua aspiração, a criação da Escola Nacional de Sargentos. O CEME respondeu haver áreas comuns na formação que poderiam ser exploradas;

4. HFAR: A ANS referiu as péssimas condições de trabalho em alguns serviços (a laborarem em contentores). O CEME admitiu que a situação do HFAR não é a melhor mas que os Chefes estão a tentar melhorar as condições de trabalho, as condições dos utentes e a redução dos tempos de espera;

5. Com a concordância CEME, a ANS referiu o mau **tratamento dado pelos OCS às missões das FFAA**, contribuindo assim para a errónea percepção que a população Portuguesa tem das

mesmas. Se em relação à Armada e à Força Aérea, por exemplo, elas são amplamente divulgadas, já em relação às missões do Exército na prevenção e rescaldo do combate aos incêndios através do plano Vulcano, muito há ainda a fazer;

6. Cortes remuneratórios e alteração dos critérios de atribuição do Suplemento de Residência: em conjunto, estas medidas têm conduzido muitos camaradas ao quase desespero. Há casos de casais, ambos militares, com quebras de mais de 500€ de rendimento mensal disponível, o que está já a conduzir à incapacidade em cumprir os compromissos assumidos. Há ainda um avolumar de casos de militares deslocados a pernoitar e a solicitarem, nas U/E/O onde estão colocados, a tomar das 1ª e 3ª refeições por falta de condições económicas;

7. Promoções: a ANS reiterou o desagrado pelas mesmas apenas produzirem efeitos remuneratórios no dia seguinte ao da sua publicação em DR, sendo de prever que, à semelhança do sucedido em 2013, apenas em Dezembro sejam publicadas antiguidades reportadas a 1 de



Janeiro;

8. ADM: considerando o veto do PR ao aumento dos descontos para 3,5%, a ANS referiu com desagrado que, nos últimos anos, já se verificou um enorme aumento (de 1 para 2,5%), transmitindo-lhe que, contrariamente ao que apregoa o MDN, o sistema já é autossustentado;

9. Extinção do Fundo de Pensões: a ANS está contra a forma como a tutela conduziu este processo, sem demonstrar o mínimo respeito pelas legítimas expectativas dos seus subscritores.

No final da audiência o CEME disponibilizou-se para, por sua ou nossa iniciativa, manter o diálogo com a ANS.

Carlos Colaço ▲

Suplemento de Residência na Marinha

Acórdão de tribunal de Braga condena MDN

É de longa data a guerra travada pelos marinheiros, num assunto em que uma batalha foi ganha mas a contenda continua, alimentando-se no “simples” facto de existir um despacho de S. Exa. o Sr. Almirante CEMA que regula a atribuição daquele suplemento.

Regressando ao passado, lembramos quão difíceis foram os primeiros processos judiciais movidos pelos camaradas à entidade patronal, alguns deles resolvidos a favor desta, infelizmente. Mas resistimos e continuámos a encorajar os camaradas injustamente penalizados. Após o primeiro acórdão favorável, tudo se tornou mais fácil, embora

nunca garantido. Finalmente, a persistência e consistência ditaram o rumo dos acontecimentos, culminando numa decisão judicial de conteúdo singular que analisaremos a seguir.

Consequência dum processo movido por um 1SAR da Armada em 2010, em 2012 um juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga emitiu um acórdão com duas alíneas, facto que levou o advogado do queixoso a dizer: «... este vai dar que falar!». E não é que deu mesmo!

Explicando de forma sucinta, este consistia no seguinte: na alínea a) o réu (MDN) era condenado a pagar o subsídio reclamado pelo queixoso; na alínea b), antevendo o não cumprimento do réu, estavam previstas sanções pecuniárias ao Almirante CEMA. O bendito juiz fixou as sanções em 10% do salário mínimo nacional mais elevado em vigor, por cada dia passado de incumprimento, retirados directamente do vencimento do CEMA. Escusado será dizer que foi tudo pago a tempo e horas, com contas feitas ao pormenor – nada foi deixado ao acaso, não fosse o diabo tecê-las.

No rescaldo, um jornal noticiava: Marinha «nunca executa voluntariamente» decisões judi-

ciais. Em consequência disto, uns dias mais tarde o CEMA declarou à imprensa que alteraria o malfadado despacho, “harmonizando-o” com os outros ramos, o que foi concretizado posteriormente.

A nosso ver, isto constituiu um virar de página no assunto tratado, uma vez que constatamos agora o pagamento integral e devido sem haver necessidade de recorrer aos tribunais. O facto do despacho, apesar de alterado, continuar em vigor, constituirá sempre uma pedra no sapato e, por isso mesmo, continuamos na trincheira até que seja considerado ilegal e banido. Se o Sr. Almirante CEMA quer mesmo entrar em sintonia com os outros ramos só tem que seguir o seu exemplo e acabar com interpretações avulsas da lei, geradoras de discórdia.

Não podemos deixar aqui de expressar o agradecimento a todos os camaradas que desbravaram caminho desde os primórdios desta contenda que, com a sua coragem e determinação, conseguiram que virássemos mais esta página a nosso favor. Bem hajam! Aqui fica expressa a prova cabal de que vale sempre a pena lutar, se não por nós, que seja pela próxima geração. Quem não luta já perdeu! ▲

Boas vindas aos novos 2SAR da Armada

No dia 19 de Fevereiro teve lugar a habitual cerimónia de boas-vindas aos 2SAR da Armada, promovidos a 1 de Outubro do ano passado.

Como é hábito há já alguns anos, o Clube do Sargento da Armada e a ANS, em iniciativa conjunta, organizaram, na Delegação n.º 1 do CSA, no Feijó, uma sessão que visa receber os camaradas na categoria de Sargento, convidando-os a integrarem também o movimento associativo militar nas suas duas vertentes, a recreativa e cultural e a profissional.

Na mesa estiveram presentes os camaradas Rui Maricato e José da Nóbrega (presidente da Direcção e vice-presidente da Direcção, responsável pela Delegação n.º 1) pelo CSA, e os camaradas António Taveira e Paulo Pinto (vice-presidente e secretário, pela Armada, da Di-

recção) pela ANS, os quais preferiram intervenções de esclarecimento e incentivo a que os novos camaradas da categoria se façam sócios de ambas as organizações.

Durante os trabalhos, embora não estivesse previsto, o presidente da Direcção da ANS, António Lima Coelho, resolveu *dizer presente*, oportunidade aproveitada para, também ele, proferir umas palavras de boas-vindas aos mais recentes camaradas Sargentos da *Briosa*.

No final, os camaradas presentes, num singelo mas sentido porto de honra, brindaram ao futuro dos novos camarada que, seguramente, terão um futuro muito mais risonho se decidirem aderir a ambas as organizações, duas das mais representativas associações dos Sargentos de Portugal.

LB ▲



Nacional do Sargento



ETNA



OTA



ÉVORA



TAVIRA



VISEU



ESTREMOZ



LAJES



ENTRONCAMENTO



PORTO



TURQUIA



ICM (LISBOA)

Mensagem da Associação Conquististas da Revolução

Em nome da Direcção da Associação Conquististas da Revolução, quero saudar-vos e agradecer à Associação Nacional de Sargentos o convite para estar presente nesta comemoração do "31 de Janeiro de 1891" que muito nos honra, e felicitá-la pela sua oportunidade.

Está hoje claramente demonstrado que foram injustos e desnecessários os cortes salariais e de outras compensações adquiridas, efectuadas na Função Pública, e obviamente atingindo também os militares quer no Activo, quer na Reserva ou Reforma, quando este encargo para combater a crise financeira que enfrentamos, deveria ter sido exigido aos grandes grupos económicos, que são como bem sabemos suporte e cúmplices deste governo.

Chegou a altura de dizer Basta! Os acontecimentos que hoje comemoramos demonstram com clareza que os Sargentos souberam resistir e lutar quando estão em causa os seus

direitos e a sua dignidade.

A vossa presença aqui é uma afirmação de vontade e tem um grande significado. Mostra que estão atentos e revoltados. Mostra que os Sargentos não merecem e não toleram ser enxovalhados.

Há que utilizar todas as formas de luta dentro e fora dos quartéis.

Os Sargentos portugueses querem continuar a defender a Pátria com orgulho.

Nunca estarão sós. Estarão sempre com o Povo Português porque a luta é justa.

As conquistas da revolução de Abril, consagradas na Constituição da República devem ser respeitadas e defendidas.

Há muito que penso que qualquer decisão militar revolucionária que possa ocorrer no futuro, não será da iniciativa dos oficiais.

VIVA O 25 DE ABRIL!

VIVA PORTUGAL!

Manuel Begonha,

presidente da Direcção da ACR ▲

31 de Janeiro na ETNA e no ICM

Aligação entre os Sargentos e as forças armadas ao longo dos anos é inequívoca. Gerada pela influência preponderante da acção directa dos Sargentos na vida activa militar e civil, e mantida pelas suas permanentes disponibilidades, as forças armadas adquiriram assim, uma personalidade própria que tem vindo a ser determinante na execução dos objectivos estratégicos nacionais. Importa assim valorizar o papel da classe na constante prossecução destes objectivos. Os aspectos de natureza histórica que consubstanciam estes argumentos são muito conhecidos apesar de pouco valorizados.

É com a intenção de valorizar a identidade da classe que nos temos mobilizado no sentido de ver aprovado oficialmente o dia 31 de Janeiro como o Dia Nacional do Sargento. Data de grande valor histórico e de um legado de honra, coragem e heroísmo inestimáveis deixado pelos Sargentos que lideraram a primeira tentativa de instauração de uma república democrática em Portugal. Foi inspirado nesta revolta que mais tarde se viria a concretizar a implantação da república em 5 de Outubro de 1910.

Assim sendo, comemorou-se no passado dia 31 de Janeiro o "Dia Nacional do Sargento" em diversas unidades militares do país. Nas Unidades da Marinha destacamos as comemorações na Escola de Tecnologias Navais da Armada (ETNA) e nas Instalações Centrais de Marinha (vulgo *Ministério*).

Foi um marco assinalável no reencontro dos Sargentos com a nossa história, e os nossos valores e tradições. Uma celebração da nossa cultura e identidade como militares de Portugal. Mas acima de tudo é um sinal da nossa determinação como Sargentos. Da nossa vontade de continuar a servir um País soberano e independente através da nossa confiança e sentido de dever colectivo. Ao comemorar esta importante data da nossa história, estamos também a celebrar os nossos melhores, a sua excelência e magnitude da sua nobreza. Refiro-me aos heróis do 31 de Janeiro de 1891.

Os discursos proferidos no início das comemorações, alusões históricas à Revolta do Porto, o corte dos bolos comemorativos e o "porto-de-honra" foram os momentos mais significativos das cerimónias. Muito participadas, além mesmo das expectativas iniciais, foi com grande orgulho que se viu valorizar e criar laços ainda mais fortes na classe. Importa também realçar o papel preponderante que a ANS teve ao enviar representantes às Unidades no sentido de promover esta excelente iniciativa junto dos mais antigos e dos restantes camaradas. No conjunto, mais de centena e meia de camaradas participaram nestas singelas cerimónias, contribuindo assim directamente para a dignificação, união e promoção da categoria de Sargentos e, de forma muito clara, para a coesão e disciplina no seio das Forças Armadas. ▲

Homenagem aos Heróis do 31 de Janeiro de 1891



Os Sargentos de Portugal, junto a este monumento que simboliza os Revoltosos e Vencidos do 31 de Janeiro de 1891, neste dia que comemoram o seu Dia Nacional, querem dizer bem alto que nada os pode demover de lutarem pelos seus direitos e consequentemente pelos direitos adquiridos de todos os pensionistas e reformados que ao longo de uma vida contribuíram para este País, Portugal.

DESFILE DE MILITARES DE 15 DE MARÇO - NÃO

**2014 o ano em que
expressar a indignação
já não é suficiente**

Com a aprovação da Lei do OE/2014, bem como com a verificada com diplomas tendo o mesmo tipo de matriz, acentuou-se a gravidade das medidas que são impostas aos portugueses, com especial

relevo para os que servem o Estado e os pensionistas e reformados, incluindo, num e noutro caso, os militares.

Paralelamente, e numa fase da nossa História em que se impunha a existência de um coeso Todo Nacional,

a fim de mais facilmente se encontrarem soluções que permitissem ultrapassar a situação dramática em que nos encontramos, avança-se no sentido inverso, agravando-se as discriminações e as desigua-

ldades.

Contrariando o discurso do "sucesso" e da "recuperação" anuncia-se a necessidade de serem tomadas mais medidas restritivas dos orçamentos familiares, agravando-se os sacrifícios



O NOS OBRIGUEM A VIR PARA A RUA GRITAR!

dos que têm já sido tão duramente penalizados.

No que aos Militares diz respeito, multiplicam-se as situações de enorme carência, com um número crescente dos que não conseguem honrar compro-

missos e vêem os seus agregados familiares passar por dificuldades inimagináveis.

Não podemos ficar indiferentes ao que se passa.

Trilhando, como sempre, os caminhos da Honra e

do Respeito pelos seus Símbolos e Valores, conscientes do seu compromisso com o Povo Português, na sequência do que foi proclamado na Iniciativa Pública do passado dia 13 de Fevereiro, decidiram

as APM apoiar o Desfile da Família Militar, de âmbito nacional, no dia 15 de Março de 2014, em Lisboa. Este desfile teve concentração às 15H00 no Largo Camões, seguindo até à Assembleia da Repú-

blica, onde terminou com intervenções dos dirigentes das APM.

As Direcções das ANS, AOFA e AP ▲



31 de Janeiro - Dia N

Os Sargentos de Portugal, sob a égide da sua associação representativa – a ANS – comemoram entre 25 de Janeiro e 9 de Fevereiro, a Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891, a primeira tentativa de implantação da República no nosso País, em que os Sargentos da Guarnição Militar do Porto tiveram papel determinante na sua preparação e condução.

Apesar de derrotada a revolta, ficou o exemplo de coragem, determinação e amor à Pátria que serviu de farol a todos os portugueses que não aceitavam a falta de dignidade nem a humilhação. Esse exemplo veio a frutificar dezanove anos depois, na revolução de 5 de Outubro de 1910, onde os Sargentos mais uma vez vieram a desempenhar papel de relevo.

Foram estes valores que nos levaram há quase quatro décadas a institucionalizar o 31 de Janeiro como o **“Dia Nacional do Sargento”** que comemoramos de forma sentida, com respeito e elevação em todos os locais e unidades militares onde existam Sargentos.

No âmbito socioprofissional, no que aos Sargentos diz respeito, verifica-se um acentuar das dificuldades, atirando muitas famílias de militares para situações de rutura motivadas por:

- perda dramática de apoios sociais em particular na assistência na doença;
- degradação dos vencimentos, com cortes salariais sucessivos;
- aumento de descontos para impostos e contribuições obrigatórias, que são verdadeiros confiscos;
- congelamento das progressões remuneratórias;
- ataque desmedido às pensões de reforma;
- promoções a conta-gotas e proteladas no tempo;
- e pelo retrocesso sem precedentes nos direitos socioprofissionais, através de sucessivos ataques à Condição Militar, afetando a dignidade dos militares e das próprias Forças Armadas.

O cenário que conduziu então à Revolta do Porto não é muito diferente da realidade que enfrentamos nos dias de hoje. As semelhanças são tristemente evidentes:

- a perda da Soberania Nacional às

mãos de duvidosos interesses estrangeiros;

- a propagação da corrupção;
- o colapso financeiro do Estado, incapaz de suprir as suas necessidades devido a desmandos com os dinheiros públicos por parte de sucessivos Governos, sem que o estado de direito e a “Justiça” tenham procedido a qualquer apuramento de responsabilidades civis e mesmo criminais;
- o desemprego e emigração galopante;
- o aprofundamento da exploração, da miséria e da fome, levando a população à degradação social e familiar;
- a acrescentar ainda à perda de legitimidade dos governos pelo incumprimento das promessas eleitorais e das Leis.

Ao assinalarmos mais uma vez o Dia Nacional do Sargento, 123 anos passados sobre a Revolta do Porto, não podemos deixar de estabelecer o paralelo entre o passado e o presente, para também assim se aprenderem as lições, colher os exemplos e decidir tomar em nossas mãos a escolha dos caminhos a seguir rumo ao futuro.

A determinação, o empenho e uma coragem sem limites foram a herança deixada pelos Sargentos Abílio Meireles, Rocha e Galho, e tantos outros, às gerações futuras. A todos nós!

Nós, os Sargentos de Portugal, somos o fiel depositário dessa herança e temos por isso a obrigação moral de dar continuidade à luta pela dignificação da classe a que orgulhosamente pertencemos, participando nas lutas socioprofissionais que se avizinham. Estas lutas apresentam-se duras, mas fundamentais para recuperarmos os direitos perdidos, e para rechaçarmos estas políticas de miséria, avançando no caminho para uma vida melhor que nos devolva a esperança e permita perspetivar um futuro digno para todos!

Vivam os Heróis do 31 de Janeiro!
Viva a Associação Nacional de Sargentos!

Vivam os Sargentos de Portugal!
Vivam as Forças Armadas!
Viva Portugal!

A Direcção ▲

Intervenção da AP no 31 de Janeiro em Lisboa

Em representação da Associação de Praças (AP) nas comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Lisboa, Carlos Nicolau, vice-presidente, fez uma intervenção de apelo à defesa da Condição Militar e do reforço da solidariedade e trabalho conjunto entre as associações militares. Dessa intervenção destacamos as seguintes passagens:

“Hoje comemora-se o 123.º aniversário da revolta do 31 de Janeiro de 1891, “Dia Nacional do Sargento”. Revolta que foi corporizada por militares e intelectuais descontentes com a vida política nacional.

Hoje, como naquela época, Portugal vive uma crise conjuntural, económica, financeira, social e vive também o descrédito das instituições. Vivemos uma crise de identidade e de valores.

Hoje fruto da implementação de políticas que os últimos anos têm conduzido o país à situação calamitosa em que nos encontramos, temos um país onde se acentuam as desigualdades sociais, um país mais dependente do exterior e menos democrático. [...]

É preciso, que num estado de direito democrático, seja reconhecido aos cidadãos em uniforme o direito ao pleno exer-

cício de cidadania e o direito de pluralidade de opinião.

Hoje, também é preciso, estarmos preparados e atentos para um novo folhetim nas promoções, para a reorganização da saúde militar preconizada na reforma do HFAR, para o aumento da quota para a ADM em contraciclo com a qualidade do serviço prestado, para o apoio social prestado pelo IASFA em decadência acentuada, para as alterações ao EMFAR, às carreiras, aos suplementos remuneratórios e à tabela remuneratória, para o incumprimento da legislação como é o caso do regulamento de incentivos aos militares em RC e RV, ou ainda a anunciada redução de efetivos cuja extensão pode colocar em causa a operacionalidade das Forças Armadas.

Só a união de todos os militares e uma identidade forte e o reforço do associativismo, conseguirá marcar pontos na defesa da Condição Militar.

Não podemos aceitar este novo conceito de funcionário público / militar.

Temos de proteger a nossa identidade.

Vamos reagir e resistir com firmeza e rigor, contra as ideias preconcebidas que prejudicam os militares e as suas famílias.” ▲



No âmbito das comemorações do 40.º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, a Biblioteca Museu República e Resistência realizou, no dia 30 de janeiro, uma Conferência evocativa do 31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento. A apresentação do tema foi feita por Lima Coelho, presidente da Direção da ANS.



LISBOA



BEJA



CASTELO BRANCO



PONTA DELGADA



MONTE-REAL

14º Aniversário da AP – Associação de Praças

No dia 9 de Março, num cuidado programa em que se incluiu uma visita a uma produção vinhateira do distrito de Setúbal e que terminou num almoço convívio num restaurante em Almeirim, a Associação de Praças comemorou o 14º aniversário de uma existência marcada pela defesa dos interesses das Praças das Forças Armadas e suas famílias. Após o almoço e antes da tradicional cerimónia do bolo de aniversário, Luís Reis, o Presidente da Direcção da AP usou da palavra numa intervenção de que destacamos as seguintes passagens:

“Quería agradecer aos associados e aos dirigentes que pela sua perseverança, dedicação e astúcia conduziram o destino da nossa associação ao longo destes 14 anos contribuindo para o seu crescimento, dignificação, reconhecimento e credibilidade. [...] Comemoramos o nosso aniversário um dia depois do Dia Internacional da Mulher. Dia que pretende chamar a atenção para o papel e a dignidade da mulher e levar a uma tomada de consciência do valor da pessoa, perceber o seu papel na sociedade, contestar e rever preconceitos e limitações que vêm sendo impostos à mulher.

Parabéns MULHERES, guerreiras,

mães, filhas, avós, irmãs e tantos outros papéis que são encenados todos os dias com afinho, paixão e amor. É também muito grato comemorar o 14º aniversário neste ano que se comemora o 40º aniversário da Revolução de Abril.

Marco histórico da democracia em Portugal, data que permanecerá para sempre na memória dos Portugueses como o dia em que direitos, liberdades e garantias passaram a ter um legítimo e verdadeiro significado. [...]

Esta comemoração inicia um ano cheio de iniciativas. São as eleições para os Órgãos Sociais para o triénio 2014/2016 e respectiva tomada de posse.

A organização conjuntamente com a ANS e AOFA da realização do 109º Congresso da Euromil que decorrerá em Lisboa nos dias 24 e 25 de Abril.

Marcaremos presença no desfile do 25 de Abril na Av. da Liberdade, conjuntamente com as outras APM e as delegações das associações estrangeiras. [...]

Segue-se a comemoração do 78º (septuagésimo oitavo) aniversário da Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936 - DIA NACIONAL DA PRAÇA DAS FORÇAS ARMADAS, no dia 13 de Setembro, onde home-



nageamos os Marinheiros que, em 8 de Setembro de 1936, tomaram conta de três navios da Armada com o objectivo de fazer um ultimato ao governo de Salazar, para que este cessasse a repressão contra os marinheiros e reintegrasse os dezassete praças anteriormente expulsos da Armada. Neste braço de ferro, houve revoltosos e solidários que pereceram às mãos do regime durante a contra ofensiva ou que foram jul-

gados, tendo sido expulsos e ou condenados à prisão onde mais tarde viariam a pagar com a própria vida.

Nesta comemoração reforçamos também a defesa da dignidade da função militar, do prestígio e reconhecimento da classe das Praças”.

À AP, seus órgãos dirigentes, massa associativa e respectivas famílias o jornal “O Sargento” deseja muitos mais anos de vida repletos de sucessos na defesa dos seus objectivos. ▲

CSA fez 39 anos

No dia 22 de Fevereiro comemorou-se, com a presença do ALM Chefe do Estado-maior da Armada (CEMA) e de muitos convidados, o 39.º aniversário do Clube do Sargento da Armada (CSA). Salão cheio, e nos rostos dos sargentos eram visíveis a satisfação e o orgulho que tinham do seu CSA.

Depois da Intervenção do presidente da Direcção, falaram quase todos os convidados que estavam em representação das suas associações e clubes, e também o CEMA. Todos deram os parabéns e elogiaram o CSA, as suas realizações na defesa e promoção social e cultural do cidadão/sargento da Marinha, assim como pelo seu património material e social.

Mas, qual é o segredo que permitiu ao CSA viver estes 39 anos, ultrapassar as dificuldades por que passou e construir tal obra?

A resposta é simples (embora não fácil): ter tido, desde o seu início, uma equipa de homens sérios, honestos, e determinados a servir o Clube, trabalhando em

colectivo. Foi, e é, a forma de governação democrática do Clube que tem conseguido encontrar as melhor soluções e, com elas, a unidade da massa associativa e

desta com os seus dirigentes.

São estas duas unidades, a da classe de sargentos e a unidade destes com os dirigentes do Clube, a chave que tem permitido vencer tanta dificuldade e, mesmo num quadro tão difícil como o de hoje, continuar a ter êxitos que se constituem com referência no meio do associativismo militar de âmbito sociocultural. Por exemplo, fechar as contas no ano de 2013, sem dívidas. Vejam se o governo fosse assim, não teríamos que pagar, só em juros da dívida, 500 milhões de euros mensais.

Os desejos, pois, aos seus dirigentes, para que continuem a trabalhar na senda de cada vez mais êxitos.

Terminou-se partindo o bolo, cantando os parabéns ao CSA.

“Um Clube Vivo é um Clube Participado”

Manuel Custódio ▲



Concluído o ciclo de mudança das chefias

A nomeação e exoneração das chefias militares cabe ao Presidente da República, Comandante Supremo das Forças Armadas. A lei prevê que os mandatos nos cargos de chefia dos ramos militares têm uma duração de três anos, prorrogável por dois anos. Com a nomeação dos novos CEMGFA e CEME e com a recondução do CEMFA fica concluído o ciclo de mudanças nas chefias militares, iniciada em Dezembro de 2013 com a nomeação do Almirante Macieira Fragoso como Chefe do Estado-Maior da Armada, já noticiada no número anterior do jornal "O Sargento".

General CEMFA reconduzido

O General Piloto-Aviador José António de Magalhães Araújo Pinheiro foi reconduzido no cargo de Chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Em 23 de Fevereiro de 2011 foi promovido ao posto de General, tendo tomado posse como Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.



Assessor do CEMFA para a Categoria de Sargentos

O Sargento-Mor António Lopes, Mecânico de Eletricidade, nasceu em 22 de Março de 1959, na freguesia de Pomares, concelho de Arganil.



Ingressou na Força Aérea em Abril de 1978, na Base Aérea Nº2, Ota, onde concluiu a Preparação Militar Geral tendo frequentado de seguida o Curso de Formação de Praças na Escola Militar de Eletromecânica, em Paço de Arcos.

Frequentou o Curso de Formação de Sargentos do Quadro Permanente 1980/1982 e o Curso de Promoção a Sargento-Chefe 2002/2003.

Em Dezembro de 2010 foi nomeado Assessor do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea para a Categoria de Sargentos, sendo colocado no Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

Novo CEME tomou posse

No passado dia 18 de Fevereiro o General Carlos Jerónimo tomou posse como Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME). Assumiu esta função após a saída do general Pina Monteiro, que foi nomeado Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.



Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, de 58 anos, era desde Setembro de 2013 o Comandante das Forças Terrestres. Anteriormente, desde Janeiro de 2010, comandou o Centro de Informações e Segurança Militar (CISMIL), no Estado Maior General das Forças Armadas.

No seu discurso de posse, entre outras coisas, o General Carlos Jerónimo afirmou que dará prioridade às pessoas no seu mandato como CEME, considerando que são o "activo mais valioso" da instituição militar e que as dificuldades devem ser ultrapassadas com serenidade.

Apontou ainda "duas grandes prioridades" no exercício do seu mandato: as pessoas e a capacidade de resposta da componente operacional.

"Primeiro as pessoas. Num país e numa instituição, qualquer que ela seja, o

seu activo mais valioso são as pessoas e eu preocupo-me com as pessoas", afirmou.

Questionado sobre as dificuldades sentidas pelos militares - expressas em diversas iniciativas públicas promovidas pelas associações socioprofissionais representativas das diversas categorias de militares - o general Carlos Jerónimo salientou que "o ambiente dos militares é viver com dificuldades".

Assessor do CEME para a Categoria de Sargentos

No Gabinete do CEME desempenha funções o Sargento-Mor de Artilharia João Carlos Falé Baião Matoso.



Foi incorporado em 17 de Janeiro de 1983 no Regimento de Artilharia de Lisboa (RALIS). Ingressou no Quadro Permanente em 10 de Agosto de 1985, com o posto de Segundo-Sargento e foi promovido ao actual posto em 2 de Novembro de 2010.

Ao longo da sua carreira prestou serviço no Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais (1985 a 1988), no Regimento de Artilharia Antiaérea Nº 1 em Queluz (1988-2001), no Comando das Forças Terrestres (2001- 2013) e actualmente no Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército. ▲

Empossado novo CEMGFA

No dia 7 de Fevereiro tomou posse como Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas o General Artur Neves Pina Monteiro, deixando a chefia do Exército e sucedendo ao General Luís Araújo. Para muitos comentadores o General Pina Monteiro é considerado "um perito em questões melindrosas". É o 12.º general a assumir a chefia do Estado Maior General das Forças Armadas desde a revolução de 25 de Abril de 1974.

No final dos anos oitenta Pina Monteiro, então Major, foi ajudante de campo do General Firmino Miguel, comandante do Exército entre 1987 e 1991. Haveria de voltar ao gabinete do chefe de Estado-Maior do Exército, em 1998 como adjunto, e em 2003 como chefe de gabinete do General Valença Pinto.

Entre Janeiro de 1994 e Outubro de 1995 foi adjunto para as relações externas de dois ministros da Defesa, os sociais-democratas Fernando Nogueira e Figueiredo Lopes.

Em Dezembro de 2006 regressa aos corredores do poder, novamente pelas mãos do general Valença Pinto, novamente na condição de chefe de gabinete, do agora Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

"Chamado a acompanhar questões melindrosas, em especial das áreas de pessoal e organização, sempre se mostrou atento aos movimentos e interesses e ao ambiente interno e externo, mantendo uma coordenação muito estreita com elementos essenciais, reagindo com celeridade, procurando e conseguindo atuar em antecipação e acompanhar muito de

perto todos os detalhes da evolução dos mesmos, opinando de forma clarividente, chamando à atenção para as eventuais consequências demonstrando grande assertividade",

escreveu o general Valença Pinto.

Questões melindrosas, precisamente com o pessoal e a organização, não hão de faltar ao homem que assumiu a chefia das Forças Armadas. ▲



Amianto - Tema de preocupação no seio militar?

Quase todos os dias ouvimos falar de Amianto. Mas o que é o amianto? Por que e para que é usado?

Com nome menos comum, também é chamado de asbesto. É uma fibra mineral sedosa que, devido à sua resistência a altas temperaturas, durabilidade, baixo custo e abundância na Natureza, é largamente utilizado na indústria e em casa.

Onde podemos encontrar o amianto?

Nas coberturas e telhados; nos revestimentos de interiores (paredes e chão); nas canalizações e tubagens; nos electrodomésticos antigos (torradeiras e aquecedores, etc.) ; nos isolamentos térmicos e filtros de ar; em armários e móveis.

O contacto com esta substância não implica automaticamente uma sentença de morte, mas o contacto contínuo determina os efeitos para a saúde. O tempo de exposição, como e quantas fibras penetram no nosso organismo, podem ser determinantes.

As escolas são os edifícios que apresentam a maior percentagem de utilização desta substância, o que implica que são as crianças os grupos mais expostos.

Estas fibras entram no nosso organismo através do nariz ou da boca, por inalação ou ingestão. Alojamo-nos nos órgãos internos, principalmente nos pulmões, originando infecções que podem resultar em cancro. São os adultos que são mais afectados pelos cancros que se desenvol-

vem no interior dos órgãos. As crianças desenvolvem maioritariamente cancros nas membranas que envolvem os órgãos e as células. Quando estas infecções se desenvolvem para cancro, os principais sintomas são dores torácicas ou abdominais, diminuição do fôlego, cansaço ou fadiga, tosse ou pieira e perda de peso. As fibras inaladas podem alojar-se na **laringe**, podendo causar cancro; nos **pulmões**, provocando doenças pulmonares e inflamação da pleura. Causa dificuldades respiratórias e pode evoluir para cancro; no **coração** poderá levar a insuficiências cardíacas e paragens cardiorrespiratórias, por falta de irrigação do sangue proveniente dos pulmões afectados; no **esófago, estômago e intestinos**, por acumulação de fibras de amianto, o que também pode levar ao desenvolvimento de cancro.

Relativamente a este tema, o que está a ser feito nas Unidades Militares? Quantas Unidades têm cobertura de fibrocimento? Quantas têm tubagens de fibrocimento para transporte de água potável? Quantos de nós nos encontramos expostos a este agente cancerígeno? Todos os edifícios/Unidades fazem parte da lista de edifícios públicos com esta substância associada ao cancro? Já foram identificadas as situações mais problemáticas e já foram definidas estratégias de intervenção?

De acordo com a lei 2/2011, o Gover-



no dispunha de um ano para proceder ao levantamento dos edifícios que contêm amianto na sua construção. Passados 3 anos da entrada em vigor desta lei, e segundo notícias no "Jornal da Tarde" do dia 10 de Março de 2014 e no "Diário de Notícias" do dia 11 de Março de 2014, "só os Ministérios da Defesa e do Ambiente entregaram o levantamento prometido".

Se o Ministério da Defesa já tem a listagem dos edifícios/Unidades com esta substância, será que temos que esperar que as restantes entidades entreguem as

mesmas, para que sejam cumpridos os artigos 4º e 7º da lei 2/2011?

Para quando a avaliação de riscos nos nossos edifícios/Unidades para determinar como, quando e quais as medidas a serem tomadas? Esta avaliação tem que ser efectuada por empresas técnicas especializadas, o que implica custos.

É um direito que nos assiste, saber onde existem as situações mais problemáticas e quais são as intenções dos nossos chefes perante este risco para a Saúde de todos nós!

CM ▲

Ficámos mais pobres!

Dr. Menéres Pimentel

'Que será feito do Dr. Menéres Pimentel?' questionava-me eu, quando começa a passar em rodapé num canal televisivo a notícia da sua morte, numa estranha e infeliz coincidência.

Enquanto provedor de Justiça, sempre teve um relacionamento solidário para com a nossa Associação, sempre acolheu com respeito e determinação as queixas por nós formuladas, convocando-nos periodicamente para fazer pontos de situação sobre o andamento dos processos delas decorrentes.

Lembro-me perfeitamente de,



numa dessas vezes, o Dr. Menéres Pimentel ter promovido uma conferência de imprensa motivada por uma queixa por nós apresentada sobre vários artigos do RDM, também por ele considerado inconstitucional. As diligências encetadas pela Provedoria de Justiça junto do governo não obtinham qualquer resultado e, por essa razão, decidiu enviar o diploma para o Tribunal Constitucional, disso dando conta à imprensa e convidando-nos para estar com ele na mesa. A dado momento um jornalista perguntou-me se não tinha medo que me levantassem um processo disciplinar por estar a falar publicamente. O Dr. Menéres Pimentel nem me deixou responder. Levantou-se e disse "Isso é que era bom! O presidente da ANS está aqui porque é meu convidado e os meus convidados não são punidos."

Era esta a índole e o carácter do homem que, como nenhum outro, desempenhou o cargo de provedor de Justiça.

Com o seu desaparecimento perdemos um amigo. Portugal ficou mais pobre. Resta-nos este acto singelo, mas sentido, de eterna gratidão.

Álvaro Martins ▲

SMOR Cremildo Possante

Faleceu o nosso camarada e amigo Cremilde Lobato Possante, Sargento-Mor do Exército, na situação de Reforma, sócio nº 771 da ANS. Homem íntegro, excelente camarada.

Militar prestigiado no seio da classe de Sargentos e na Instituição Militar.

Militar de Abril, de facto, fez parte de comissões comemorativas, em defesa do 25 de Abril e do 31 de Janeiro. Nessa qualidade fez declarações,

nalgumas dessas iniciativas em defesa dos Sargentos e da Revolução de Abril, tendo, por isso, sido castigado.

Foi um dos elementos desde a primeira hora que muito contribuiu para a fundação da nossa associação e com ela colaborou até ser vencido pela lei da vida.

À família enlutada, aos amigos e camaradas os nossos sentidos pésames e a nossa incondicional solidariedade. ▲



ATIVIDADE ASSOCIATIVA

Depois de um final de ano repleto de (más) surpresas e de confirmação do agravamento das condições de vida dos portugueses em geral, entrámos no período de grande significado para todos nós, Sargentos de Portugal: as comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”. Embora estas comemorações exijam grande entrega e empenho da nossa parte, envolvendo na sua preparação centenas de dirigentes, delegados e associados por todo o país, obviamente que não esgotamos as nossas actividades nestes actos comemorativos e de debate. Muito mais extensa e exigente é a nossa agenda associativa. Dela damos conta num breve resumo que se segue aonde, apesar da intensa actividade, não estão referidas todas as reuniões de órgãos sociais, de secretariado ou das comissões permanentes dos ramos que vamos fazendo ao longo dos meses.

8DEZ – Audiência com a SEADN. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos, A.Taveira;

19DEZ – Reunião com a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, J.Pereira;

20DEZ – Debate na Delegação do Parlamento Europeu em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos, L.Bugalhão;

10JAN – Audiência com a SEADN. ANS representada por M.Ramos, A.Taveira, C.Machado;

15JAN – Entrega de ofício da ANS no MDN, sobre ADM. Entrega feita por M.Ramos;

20JAN – Reunião das Direcções das APM na sede da AOFA, em Oeiras. ANS representada por P.Contreiras, A.Taveira, A.Martins;

24JAN – Audiência com o Grupo Parlamentar do PCP. Delegação da ANS composta por M.Ramos, L.Bugalhão, J.Fernandes, T.Campos, J.Bernardo;

25JAN – Comemorações 31JAN no Funchal. ANS representada por M.Ramos, J.Pereira, J.P.Santos;

27JAN – Audiência com Almirante CEMA. Delegação da ANS composta por M.Ramos, A.Taveira, T.Campos, H.Narciso, J.Bernardo;

27JAN – Reunião das Direcções das APM na sede da AOFA, em Oeiras. ANS representada por M.Ramos, A.Martins;

28JAN – Comemorações 31JAN em Leiria/Monte Real. ANS representada por P.Contreiras, L.Bugalhão;

30JAN – Conferência sobre o “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” na Biblioteca Museu República e Resistência, em Lisboa. Conferência apresentada por L.Coelho;

30JAN – Comemorações 31JAN em Viseu. ANS representada por L.Bugalhão, R.Lopes, A.Martins;

30JAN – Comemorações 31JAN no Porto. ANS representada por M.Ramos, P.Contreiras, F.Silva, J.Torres, J.Mota, J.Ferreira;

31JAN – Cerimónia no Cemitério do Prado do Repouso, no Porto. ANS representada por M.Ramos, P.Contreiras, F.Silva;

31JAN – Comemorações 31JAN em Évora. ANS representada por C.Colaço, A.Martins;

31JAN – Comemorações 31JAN em Abrantes. ANS representada por M.Pereira;

31JAN – Comemorações 31JAN em Castelo Branco. ANS representada por C.Colaço, A.Martins;

31JAN – Comemorações 31JAN em Chaves. ANS representada por M.Ramos;

01FEV – Comemorações Centrais 31JAN no ISCTE, em Lisboa;

02FEV – Comemorações 31JAN em Tavira. ANS re-

presentada por L.Bugalhão, A.M.Dias;

03FEV – Reunião das Direcções das APM na sede da AOFA, em Oeiras. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos, A.Martins;

04FEV – Comemorações 31JAN em Estremoz. ANS representada por A.Taveira, A.M.Dias;

04FEV – Comemorações 31JAN no Entroncamento. ANS representada por M.Ramos, J.Fernandes, M.Pereira, J.P.Silva;

04FEV – Comemorações 31JAN em Beja. ANS representada por A.Taveira, A.M.Dias;

05FEV – Audiência com o Grupo Parlamentar do BE. Delegação da ANS composta por L.Bugalhão, J.Bernardo;

05FEV – Comemorações 31JAN em Fóia/Monchique. ANS representada por J.Gonçalves;

07FEV – Comemorações 31JAN em Ponta Delgada. ANS representada por L.Bugalhão, C.Simões;

08FEV – Comemorações 31JAN na Praia da Vitória. ANS representada por L.Bugalhão;

10FEV – Audiência com o Grupo Parlamentar do PEV. Delegação da ANS composta por P.Contreiras, A.Taveira, T.Campos;

10FEV – Reunião das Direcções das APM na sede da AOFA, em Oeiras. ANS representada por L.Coelho, A.Martins;

12FEV – Comemorações 31JAN em Lamego/Vila Real. ANS representada por J.Gonçalves, V.Geitoeira;

13FEV – Iniciativa Pública e Conferência de Imprensa das APM no Largo do Camões, em Lisboa;

19FEV – Iniciativa conjunta CSA/ANS de recepção aos novos Sargentos. ANS

representada na mesa por A.Taveira, P.Pinto;

20FEV – Reunião do Conselho Consultivo do IASFA, no CAS-Lisboa. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos;

22FEV – Cerimónia do 39º aniversário do CSA na sede social em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

24FEV – Reunião das Direcções das APM na sede da AOFA, em Oeiras. ANS representada por L.Coelho, A.Martins;

26FEV – Reunião na Bateria da Laje, em Oeiras, da Comissão Executiva do XXI Encontro Nacional de Combatentes com vista às comemorações do 10 de Junho. ANS representada por L.Coelho;

06MAR – Manifestação das Forças e Serviços de Segurança. Delegação de dirigentes da ANS e da AP presentes no Marquês de Pombal para transmitir mensagem solidária. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, P.Contreiras, L.Bugalhão, A.Martins;

07MAR – Entrega de Ofício no Tribunal Constitucional feita pelos três presidentes das ANS, AOFA e AP;

07MAR – Reunião das Direcções das APM em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

09MAR – Cerimónias comemorativas do 14º aniversário da AP. ANS representada por L.Coelho;

10MAR – Reunião na Voz do Operário da Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa. ANS representada por L.Bugalhão;

12MAR – Reunião dos três presidentes das ANS, AOFA e AP com o Comando Metropolitano da PSP, em Moscavide;

14MAR – Audiência com General CEME. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, A.Taveira, M.Pereira, C.Colaço, V.Geitoeira;

15MAR – Desfile da Família Militar, da Praça Luís de Camões para a Assembleia da República;

18MAR – Colóquio com os alunos da Escola EB1 da Madalena, em Lisboa, subordinado ao tema “Vamos falar de Abril e do fim da Guerra Colonial”. Orador convidado L.Coelho;

24MAR – Reunião na Voz do Operário da Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa. ANS representada por A.Taveira.

À hora do fecho desta edição do jornal “O Sargento” estão em preparação diversas reuniões com vista a preparar uma série de iniciativas em que os dirigentes e a massa associativa da ANS estarão envolvidos, tais como a preparação da Assembleia-geral de apresentação de contas e plano, a preparação do 109.º Presidium da EUROMIL a realizar em Lisboa e coincidente com as comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril de 1974, o desfile popular na Avenida da Liberdade no dia 25 de Abril, o almoço comemorativo do 40.º aniversário a realizar conjuntamente pelo CSA, CPA, CSFA, ANS, AOFA e AP, o 25.º aniversário da ANS, o VII Encontro Nacional de Sargentos (Encontro de Trabalho), para além da necessidade do acompanhamento, análise e estudo e resposta a inúmeros documentos que vão surgindo, a par da intensa actividade que as solicitações dos associados e famílias nos vai impondo.

No próximo número daremos conta de muitas destas (e outras) actividades demonstrando que o caminho que temos de trilhar é o da resistência e combate às duras medidas que nos querem obrigar a suportar, na certeza de que “*quem luta pode não ganhar, mas quem não luta já está derrotado!*”. ▲

Protocolos ANS

Clínica O Meu Médico

Rua da PSP, nº 36 8000-408 Faro
Telefone/Fax: 289828104; TM: 927549339
E-mail:info@omeumedico.pt;site: www.omeumedico.pt
Consultas de:
Dermatologia_70€ Endocrinologia_90€
Nefrologia_70€ Pneumologia_70€
Hipertensão_70€ Ortopedia_70€
Urologia_70€ Psicologia_60€
Imuno-Alergologia_70€ Cons. subsequente_40€
Pediatria_70€ Terapia da Fala_50€
Neurologia_70€ Cons. subsequente_30€
Cons. subsequente_60€ Nutrição_50€
Reumatologia_70€ Cons. subsequente_40€
Hematologia_70€ Medicina Geral_40€
Pretendemos ser um espaço de saúde inovador, com atendimento perso-
nalizado, acessível, conveniente e adequado às necessidades de saúde na
nossa cidade e região. Temos horário alargado das 9-21 horas de segunda
a sexta-feira e estamos situados na rua da PSP nº 36, em frente à entrada
do Jardim da Alameda João de Deus, em Faro. Na zona existe facilidade de
estacionamento.
30% de desconto em relação aos preços de tabela ,aos sócios da ANS, me-
diante a apresentação de cartão de sócio da ANS.

Óptica Berna

Av. Berna 24-A 1050-041 LISBOA
TEL. 217993624 - FAX. 217932630
Tabela de descontos para associados e familiares.
Aros e lentes (óculos) 30% desconto,
Óculos de sol 20% desconto,
Aparelhos de precisão (Lupas, binóculos, Termómetros, etc.) 20% desconto
Lentes contacto e produtos para lentes 20% desconto.
Estudos de despistagem visual e optométrico de controlo Gratuitos
Exame visual completo (Optometria) e Exame de Controlo (Optometria)
20% desconto.
Exame de ensaio, controlo ou limpeza/regeneração Lentes Contacto, gratui-
to (quando adquiridas no estabelecimento).

Ideal Óptica da Malveira

Estrada Nacional 8, Edifício Salamanca Bloco A, r/c Dt Loja
2665-258 Malveira
www.idealopticamalveira.com
Tel./Fax: 219 660 377 Tm: 968 634 959
E-mail: idealopticamalveira@sapo.pt
Desconto de 30% em aros ou lentes oftálmicas. Desconto de 20% em óculos
de sol e lentes de contacto.
Consultas:
- Optometria grátis (mediante marcação);
- Contactologia grátis (oferta 1º par);
- Rastreios auditivos grátis (mediante marcação);
- Medição da Tensão Ocular
Facilidades de pagamento sem juros.

Farmácia EUSIL

R. Barão de Sabrosa 104
1900-094 LISBOA
Tel. 218038023 Fax. 218121759
eusilpharma@gmail.com
Desconto de 15% nos medicamentos comparticipados de valor inferior a 50
euros, para associados e familiares.
Desconto de 20% nos produtos de venda livre e dermocosmética (*), para
associados e familiares.
(*) São excluídos deste desconto produtos de alimentação neonatal e os
que constem no protocolo da diabetes.

EMA Partners

Rua Rosa Araújo, 30-6ºDto.
1250-195 LISBOA
Jorge Fonseca – 961355424- 213513890
jorge.fonseca@ema-partners.com
www.ema-partners.com
A presente proposta de Career Coach tem por objetivo assessorar em con-
dições especiais os associados da Associação Nacional de Sargentos (ANS),
seus cônjuges e filhos até aos 27 anos, ao longo dos próximos 9 meses, na
procura proactiva de um novo desafio profissional em Portugal ou no Es-
trangeiro, com o objetivo de otimizar e encurtar significativamente os seus
timings de JOB SEARCH. (Consultar www.ans.pt).

Clínica VIDAMED

Largo Filinto Elísio 2B
2805-141 Cova da Piedade, Almada
Telefone – 210889704/5 Telemóvel – 936547199
www.vidamed.pt - geral@vidamed.pt
Redução de cerca de dez euros sobre a tabela de preços em vigor para con-
sultas de especialidade/serviços.
Especialidade 1ª consulta Seguintes
Acupuntura 25€
Clínica Geral 30€ 25€
Dermatologia 40€ 35€
Endocrinologia 40€ 35€
Fisiatria 40€ 35€
Fisioterapia 20€
Ginecologia 60€ 56€
Imunoalergologia 40€ 35€
Medicina Estética 20€
Medicina Interna 40€ 35€
Musicoterapia 30€ 25€
Nutrição 30€ 25€
Ortopedia 40€ 35€
Pediatria 40€ 35€
Pedopsiquiatria 40€ 35€
Psicologia Clínica 30€ 25€
Psicoterapia Grupo 40€ mensalidade
Psicologia infantil 30€ 25€
Psiquiatria 40€ 35€
Reumatologia 40€ 35€
Terapia da Fala 20€ 15€

Paiva Raposo & Martins Pisco

Imagiologia
R. Alfredo Roque Gameiro, nº 4 c/v
(Largo da J.F.)
2675-277 ODIVELAS
Telefone – 213474328 – 213461916
geral@prmp.pt
Desconto de 50% nas taxas moderadoras (com requisição) ou 10% de
desconto sobre o preço particular.

Home Instead Apoio Domiciliário

Praceta Prof. Alfredo Sousa 3-3ºZ
1495-241 ALGÉS
Telefone – 808252000
www.homeinstead.com.pt
Desconto sobre tabela de preços em vigor: 5% até 9 horas semanais;
10% de 10 a 15h semanais; 15% de 16 a 25h semanais; 20% de 26 a 40h
semanais; 25% em mais de 40h semanais.

Dentinhos e Dentes – Medicina Dentária, Lda.

Os associados ANS terão direito, mediante apresentação de cartão de
sócio, a usufruir das seguintes vantagens:
1- Primeira consulta de avaliação e aconselhamento gratuita [Nota: não
inclui tratamentos, prescrição ou radiografias]
2- Orçamentos e Planos de tratamento gratuitos [Nota: não inclui estu-
dos no âmbito das especialidades]
3- Aplicação de fluor ou jacto de bicarbonato gratuitos [Nota: quando
realizado em simultâneo com a destartarização]
4- Instrução e motivação à higiene oral gratuitos;
5- Revisões semestrais e consultas de reavaliação gratuitas;
6- Restaurações provisórias em óxido de zinco gratuitas;
7- Desconto de 10 % nos tratamentos generalistas
[endodontia, cirurgia, restauração, prevenção, estética, imagiologia,
etc.]
8- Desconto de 5 % nos tratamentos de especialidades [Ortodontia, Im-
plantologia e Prótese]
9- Facilidades nos pagamentos, sem qualquer acréscimo de custo [pa-
gamentos às prestações com 0% juros e sem outras taxas escondidas]
A Dentinhos e Dentes é uma empresa de prestação de serviços na área
da Medicina Dentária e concede aos membros da Associação as vanta-
gens referidas na cláusula anterior nos seguintes consultórios:
a) Clínica Dentinhos e Dentes de Barcouço:
Morada: Rua do Valsilgo, n.º 2 R/c A
3050-083, Barcouço, Mealhada
Telefone. 239 913 169
Telemóvel: 969 508 327

E-mail: barcouco@dentinhos.pt
b) Clínica Dentinhos e Dentes de Cadima:
Morada: Largo C. Joaquim de Almeida, n.º 7 R/c
3060-094, Cadima, Cantanhede
Telefone: 231 422 028
Telemóvel: 969 508 326
E-mail: cadima@dentinhos.pt

Cruz Vermelha Portuguesa

São destinatários deste protocolo todos os associados pertencentes à
ANS com alargamento ao seu agregado familiar.
Em casos de comprovada dificuldade económico-financeira poderão
ser acordadas diferentes tabelas de preços, de acordo com negociação
posteriormente estabelecida com a ANS para esse tipo de beneficiário.
(Consultar www.ans.pt).

Porto Salus Residências Assistidas

Herdade de Negreiros
Brejos de Azeitão
2925-080 Azeitão
Tel: 210 495 680
www.portosalus.com
www.grupovisabeira.com
Os membros da Associação Nacional de Sargentos e respectivo agrega-
do familiar, que venham a ser alojados na Porto Salus Residências Assis-
tidas, têm uma redução de 15% sobre os preços da tabela de mensali-
dades em vigor para o tipo e condições de alojamento contratualizados.

Agência Funerária Eterna Trindade

www.eternatrindade.pt
geral@eternatrindade.pt
SEDE
Avenida Elias Garcia, Lote 12, (de frente à Igreja da Charneca da Capa-
rica)
2820-222 Charneca da Caparica
Tel.:800 208 459 / 21 296 25 28
Fax: 21 296 25 28
FILIAL
Avenida 23 de Julho, nº 413 A/B (zona central do Laranjeiro)
2810-292 Laranjeiro
Tel.:800 208 459 / 21 296 25 28
Fax: 21 296 25 28
Desconto de 40% na prestação de serviços fúnebres a associados e fa-
miliares

CEMEFI

Clínica de fisioterapia
Avenida Manuel Figueiredo Lote7 r/c Esq
2350-771 Torres Novas
cemefi.fisio@gmail.com
Tel/Fax: 249 826 155
Desconto de 10% a todos os associados, colaboradores e familiares, de
forma a que consigam ter acesso a um serviço de saúde de qualidade.
Para usufruírem deste desconto é necessário que façam prova da situa-
ção em causa através de um recibo de vencimento ou outro documento
que comprove a situação (cartão de sócio). Este desconto não é acumu-
lável com outras campanhas existentes.

Clínica Dentisaúde

Clinica Dentaria
Rua Sanches Coelho
Loja 3 C/D Lisboa 1600-201
(à Av. Das Forças Armadas - direcção Rotunda de Entrecampos)
Tel. 21 795 86 20
E-mail: info@dentisaude.com.pt
http://www.dentisaude.com.pt/
10% de desconto sobre valor remanescente da ADM (5% em próteses,
ortodontia e implantes). Uma destartarização gratuita após 1º tratamen-
to dentário.

NOTA: Para obteres mais informações, coloca as questões através dos
contactos habituais ou consulta em <www.ans.pt> e <www.facebook.
com/ANSargentos>. ▲

Protocolos Águas do Gerês - Hotel, Termas e Spa Condições especiais Contactos: Tel: 253391113/253390190 ou info@TermasdoGeres.pt Automóveis Escapes ■ ENTOESCAPES,LDA Zona Industrial do Entronca- mento, EN 3 2330-909 Entroncamento Acessórios ■ GRACIAUTO Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30-A (gaveto) 2330-141 Entroncamento	Videoclube ■ CINETEKA.COM Parque das Nações, Av. do Me diterrâneo, Lt. 1.02.1.1-E 1950-155 Lisboa Aventuras Submersas ■ HALIOTIS Av. Monsenhor Manuel Bastos, Hotel Praia Norte 2520-206 Peniche Centro Médico Dentário ■ LUBIDENTE Rua Professor Noronha Feio, 12-A 2795 Queijas Psicólogo ■José de Oliveira F. Gonçalves Rua João Pinto Ribeiro,	Lt. 2-10º C 1800-233 Lisboa Gabinete de Psicologia ■ Mestre Francisco Pereira Orientação Vocacional e Profis- sional, Avaliação Psicológica, entre outras áreas. Em Lisboa, junto à saída do Metro em São Sebastião TM- 913 120 007 Instituto Quintino Aires Serviço de Psicologia e Neurop- sicologia www.quintinoaires.pt Av. Almirante Reis 106-3º 1150-022 LISBOA Tel: 218124226 quintinoaires@quintinoaires.pt	Rua Formosa 253-3º D 4000-258 PORTO Tel: 222016312 porto@quintinoaires.pt Desconto de 50% nos preços tabelados para associados e Familiares Gabinete de Psicologia e Apoio Educativo ■ QUERER SORRIR Rua Júlio Lourenço Pinto, 176 J 4150-004 Porto Valle dos Reis Residências Sénior Assistidas www.valledosreis.com Av. António dos Santos, nº 36 2000-074 SANTARÉM Tel: 243377803 Fax: 243377804 valledosreis@enfis.pt Desconto de 5% na joia e men-	salidade para associados e conjugue. Emara Travel Viagens e Turismo Lda. Av. República 41-3º Sala 306, 1050-187 LISBOA www.emaratravel.pt Tel: 210995590 Fax: 211918699 geral@emaratravel.pt Desconto de 5 a 8% em vários Operadores Turísticos. Desconto de 8 a 10% na pro- gramação própria. Desconto de 6 a 8% em Rentacar. Desconto de 8 a 10% em Hote- laria Nacional e Internacional. Informa-te junto da ANS Tel: 21 815 4966 Fax: 21 815 4958 ▲
--	---	--	--	--



25 DE ABRIL – DIA DA LIBERDADE 40º ANIVERSÁRIO



*'Era uma vez um país
onde entre o mar e a guerra
vivía o mais infeliz
dos povos à beira-terra.*

[...]

*agora ninguém mais cerra
as portas que Abril abriu!'*

in 'As portas que Abril abriu',
José Carlos Ary dos Santos

FOI HÁ 40 ANOS. Para sempre,
o fascismo e 48 anos de trevas
foram banidos, para nunca mais
voltarem. E contudo...

37 anos de desgovernos PS/
PSD/CDS, juntos, aos pares ou
sozinhos, têm promovido um
retrocesso civilizacional sem par
que, a coberto de uma democra-
cia ainda garantida pela Consti-
tuição da República Portuguesa,
tem trazido paulatinamente o
povo português para os des-
mandos capitalistas duma Eu-
ropa imperialista, na qual, com
os aliados do costume, impera o
centralismo de Bruxelas, coman-
dado pela Alemanha dos ricos, e
a ganância do FMI, sob a batuta
dum poder financeiro, não su-
fragado pelos povos e, portanto,
ilegítimo.

Poderá dizer-se, perante esta
conjuntura, que foi para aqui
que a História nos trouxe. Há
até quem afirme que não há al-
ternativa...

Mas há. E as comemora-
ções que celebrarão o 40.º
aniversário da mais bonita
madrugada da História de
Portugal aí estão para o mostrar.
Há alternativas, há outras
soluções, e apenas a força da
luta dos povos, no caso o nosso,
o Português, impõe limitações
às soluções. Luta persistente,
perseverante e participada
mostra os caminhos a seguir;
sentar-se no sofá de volta das
redes sociais, reafirma a tese
bacoca das inevitabilidades.

A ANS, ciente do seu papel
no que respeita ao associati-
vismo profissional dos milita-
res (outra porta que só '...Abril
abriu'), tem inevitavelmente um
calendário mais que preenchi-
do, demonstrando que esteve,
está e estará sempre onde a Lei
estatui que deve estar: na def-
esa dos legítimos interesses dos
Sargentos de Portugal e das suas
famílias, em nome individual ou
em iniciativas de conjunto com
outras entidades, com as quais
seja possível gerar consensos e
atividades que defendam Abril e



as esperanças e anseios dos por-
tugueses.

À semelhança do que tem
acontecido, a ANS estará
presente em iniciativas de
cariz popular, contrariando
o empurrão mediático para
celebrações de outras datas (a
revoltinha das Caldas da Rainha,
por exemplo, promovida por um
dos grupos mediáticos que se
afirma arauto da liberdade mas

que, ao invés, tem sido um pre-
cioso aliado, conivente e promo-
tor das políticas do retrocesso
e das inevitabilidades) na espe-
rança de, com tais expedientes,
esvaziar a importância que o Dia
da Liberdade tem junto das pes-
soas. E contrariamo-lo porque
esse é um caminho contrário ao
que foi aberto há 40 anos, com
o objetivo de trazer dignidade,
liberdade e progresso aos portu-
gueses. Por isso estaremos:

- no **desfile da Avenida da**

Liberdade, em Lisboa, pelas
15h00 dessa tarde de sexta-fei-
ra, reafirmando que, ainda que
oficialmente não haja desfile
militar (uma atitude já habitual
e infeliz do poder político, mas
que não consegue apagar, como
pretende, a importância dos mi-
litares na libertação de Portugal
do jugo fascista), **os militares**

vão descer a Avenida;

- nas **Comemorações do 25**
Abril da Zona Oriental de Lis-
boa, no Largo Paiva Couceiro,
que este ano se realizarão a **26**
de Abril, a partir das 20h00,
celebrando quer a **Liberdade al-**
cançada pelo povo português,
quer a **libertação dos presos po-**
líticos. A ANS participa há alguns
anos na organização deste even-
to, de cariz popular por excelên-
cia, afirmando que, também no
contexto da democracia do po-
der local, estamos com as pes-
soas, com as suas organizações
coletivas, com as suas vidas;

Os eventos atrás referidos,
de celebração e luta, serão feitos
na rua. Contudo há outras duas
grandes iniciativas em que a ANS
está empenhada, a realizar *den-*
tro de portas:

- o **CSA** (Clube do Sargento
da Armada), o **CPA** (Clube de
Praças da Armada), o **CSFA** (Clu-
be de Sargentos da Força Aé-
rea), a ANS, a **AOFA** (Associação
de Oficiais das Forças Armadas)
e a **AP** (Associação de Praças),
em conjunto, comemoram este
40º aniversário da Revolução
de Abril num **almoço na SFUAP**
(Sociedade Filarmónica União
Artística Piedense), na Cova da
Piedade, Almada, a 26 de Abril,
pelas 12h30;

- este ano, nos **dias 24 e 25**
de Abril, quinta e sexta-feira)
realiza-se o 109.º Presidium da
EUROMIL, num hotel em Lis-
boa. Os trabalhos terminarão
à hora de almoço de sexta-feira
25 de Abril, e as APM portu-
guesas já convidaram todas as
delegações dos países partici-
pantes para se integrarem no
grande grupo de militares que
desfilarão, a partir das 15h00,
pela Av. da Liberdade.

Estas serão as principais
iniciativas para comemorar
o 40.º aniversário do 25 de
Abril. Outras acontecerão
(e vêm acontecendo) em
que a presença da ANS será
requerida. Será um período
de intenso trabalho, mas
serão também dias de alegria
e crença num futuro melhor
para os portugueses e,
consequentemente, para os
militares que um dia juraram
defendê-los. Para que nunca
mais, como escreveu o poeta,
se chame ao nosso país '[...]'
Portugal suicidado.'

Luís Bugalhão ▲

